



ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: FORMAS URBANAS PARA UMA VIDA PÚBLICA

¹Helena Napoleon Degreas; ² Priscilla Goya Ramos .

¹ FIAMFAAM - Centro Universitário ; Prof.Dr. Helena Napoleon Degreas do Mestrado de Projeto , Produção e Gestão do Espaço Urbano;São Paulo/SP ; helena.degreas@fiamfaam.br

² FIAMFAAM - Centro Universitário ; Priscilla Goya Ramos; Mestranda do programa de Mestrado de Projeto , Produção e Gestão do Espaço Urbano;São Paulo/SP ; priscillagoya@gmail.com.br

RESUMO

Este texto é parte integrante do grupo de estudos “Sistemas de Espaços Livres: projeto, produção e gestão” (SEL-FIAMFAAM vinculado ao Mestrado Profissional de Urbanismo do FIAMFAAM Centro Universitário) e tem por objetivo realizar a leitura da forma em que se apresentam os espaços livres públicos a partir da aplicação do método construído pelo grupo de Pesquisas QUAPA-SEL II (Quadro do Paisagismo no Brasil-Sistema de Espaços Livres II Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo).

Os espaços livres públicos no meio urbano são um conjunto de áreas não edificadas, descobertas, inseridas na malha urbana e que tem formas, dimensões, localização e distribuição variáveis.

Os espaços livres públicos além de sua função, são elementos de "comunicação", pois ligam os espaços privados e a vida pública, promovem a coesão social, o encontro das pessoas.

Ruas, calçadas, canteiros e ilhas de sistemas viários, praças, jardins, estacionamentos entre outras tipologias presentes no meio urbano, são espaços comuns que acolhem a esfera de vida pública e, por consequência, dão forma a sociedade.

O pensar e investir no espaço público urbano contribui para a coesão comunitária, amplia o senso de pertencimento e identidade da população e por consequência melhora a qualidade de vida.

Esse artigo apresentará método e conceitos desenvolvidos aplicados em um estudo de caso na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Espaços livres públicos, forma urbana, paisagismo, desenho urbano.



PUBLIC OPEN SPACES: URBAN FORM FOR A PUBLIC LIFE

ABSTRACT

This article is part of the study group "Open Spaces systems: design, production and management" (SEL-FIAMFAAM linked to professional master's in urban planning from the FIAMFAAM University Center) and aims to make the reading and comprehension of the contemporary form of the public open spaces. This will happen with the application of the method built by QUAPA-SEL II research group (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo). The open spaces in the urban environment are a set of built areas, inserted in the urban fabric with variable shapes, dimensions, location and distribution.

The public open spaces beyond their function are elements of "communication" for connecting the private spaces and public life, promote social cohesion, the meeting of the people.

Streets, sidewalks, flowerbeds and islands for road systems, squares, gardens, parking lots and other types present in urban areas, are common spaces that welcome the sphere of public life and, therefore, form the society.

The thinking and investing in urban public space contributes to community cohesion, increases the sense of belonging and identity of the population and consequently improves the quality of life.

This article will present method and developed concepts applied in a case study in the city of São Paulo.

Key-words: *Public open spaces, urban form, landscape architecture, urban design.*



INTRODUÇÃO

Os espaços livres no meio urbano são um conjunto de espaços não edificadas, descobertos, inseridos na malha urbana de porte significativo no tecido da cidade (TÂNGARI; SILVA , 2010).

Arborizados, vegetados, com ou sem mobiliários e equipamentos urbanos, são áreas de uso comum, coletivo e cumprem uma função social que vai muito além da funcionalidade. Os tipos mais comuns de espaços destinados à vida pública encontrados nas cidades brasileiras tem formas que resultam do acaso (não atendem à legislação, zoneamento, entre outros) e também de resíduos que sobram de sistemas viários, de desmembramentos de glebas urbanas entre outros.

Este artigo apresentará um estudo de caso que analisará os espaços livres públicos após a inserção de uma avenida sobre tecido urbano pré-existente e o resultado formal após a intervenção, pretendendo-se refletir sobre a possibilidade de uso social público das novas áreas resultantes deste processo.

As cidades brasileiras apresentam um sistema de espaços livres vinculado ao processo de produção do mercado imobiliário, parcelamento do solo e formas de propriedade.

Quer legalmente constituídos, quer provenientes da ilegalidade na ocupação das terras e de seu parcelamento, prevalece no desenho, a cultura da terra urbana como mercadoria de consumo reforçada por políticas e ações públicas que historicamente não foram eficazes na distribuição equitativa de infraestrutura urbana.

A vida pública em todas as suas dimensões, se materializa nas áreas livres existentes ou ainda, onde é possível: em áreas residuais de loteamentos, sistemas viários, largos e uma série de vazios passíveis de apropriação. Esses espaços, mesmo livres de edificação, não recebem uma designação oficial: não são praças, parques ou jardins. Existem cidades planejadas onde o desenho do espaço público aconteceu de forma pensada, mas não se pode afirmar que, com o crescimento das cidades, os critérios tenham sido mantidos para garantir a qualidade de vida urbana.

Por meio de um estudo de caso será apresentado as diretrizes para a qualificação de áreas livres para apropriação pública, a pesquisa em estado inicial adota os critérios de análise, conceitos e métodos de trabalho que vem sendo construídos pelo grupo de pesquisas QUAPA-SEL II .



SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA

Entende-se por sistemas de espaços livres todo o tipo de espaço livre de edificação (independente de seu tamanho, forma, estética, localização e função) e que surge da relação entre os espaços livres de propriedade pública e de propriedade privada.

Os sistemas de espaços livres juntamente com as edificações, compõem a paisagem urbana.

A implantação dos edifícios nos lotes, associado à ocupação do sítio bem como à densidade do espaço edificado dão às cidades, suas feições típicas. A forma, por sua vez, é social e dinâmica derivando da estrutura social em movimento e transformação constantes.

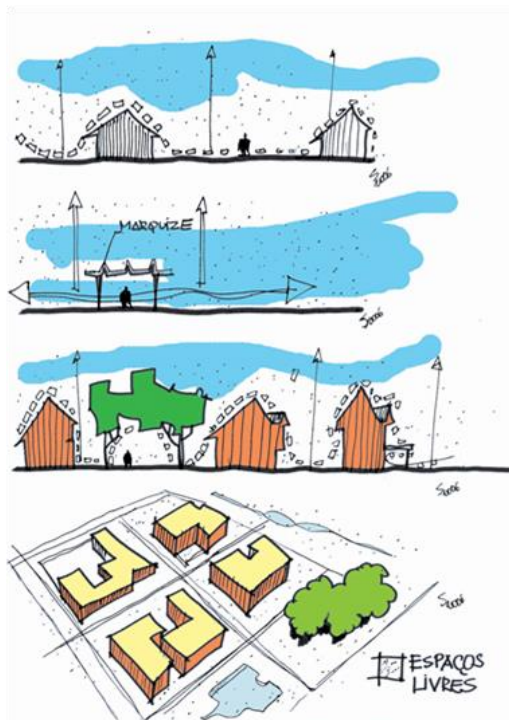


Figura 1. Autor: Silvio Soares Macedo (2014). Fonte: Acervo QUAPA SEL II.

A relação entre espaços livres de propriedade pública e de propriedade privada definimos como sistema.

Essa definição de sistema permite o reconhecimento e compreensão de áreas livres públicas, passíveis de apropriação, que possam interligar os espaços de forma qualitativa para a vida urbana.



O desenho da quadra e a divisão, dimensão e distribuição dos lotes, a implantação da malha urbana sobre o suporte, o tipo de ocupação, a legislação urbana, os agentes sociais e públicos, o sistema viário e o fluxo de veículos, o conhecimento das demandas e dos grupos envolvidos são elementos que se relacionam e colaboram para a constituição do espaço livre público.

A partir de um diagnóstico abrangendo potencialidades e fragilidades do local, a pesquisa pretende contribuir para a criação de novos lugares de vida pública a partir da requalificação de áreas livres não previstas. Para esse trabalho, pretende-se apresentar as potencialidades de áreas residuais provenientes de implantação de sistema viário sobre leito de rio canalizado.

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é a Avenida Inajar de Souza, localizada entre as Subprefeituras da Freguesia do Ó / Brasilândia e Cachoeirinha / Casa Verde, na Região Noroeste do Município da cidade de São Paulo, SP, Brasil.

As duas Subprefeituras são compostas pelos Distritos: Freguesia do Ó, Brasilândia, Casa Verde, Cachoeirinha e Limão. O processo de formação urbana que caracterizam estes Distritos é semelhante: a princípio eram glebas de caráter rural que foram posteriormente loteadas, informalmente para o uso residencial. Em etapa posterior atraíram os usos comerciais, serviços locais e algumas indústrias. Somente a região da Freguesia do Ó manteve parte de sua formação inicial: um núcleo religioso. A informalidade predominante pela ausência do Estado na implantação de infraestruturas, políticas públicas de habitação ou ainda de um projeto de cidade resultou em uma mancha urbana desordenada e descontínua, que cresceu à revelia das condicionantes físicas e ambientais.

Hoje os Distritos são predominantemente horizontais compostos por quadras, onde prevalece a ocupação quase total dos lotes.

O processo de verticalização ocorre ao longo das avenidas do bairro que, por sua vez, ocuparam as várzeas dos rios canalizados e também os topos de morro, caracterizados por sua topografia menos movimentada propiciando menor movimentação de terra para incorporação e construção imobiliárias.



A Avenida Inajar de Souza, é o divisor o limite divisor dessas Subprefeituras, sendo um eixo coletor Norte/Sul que liga os Distritos da Região com a área central do Município de São Paulo, tendo como barreira natural o Rio Tietê, o elo é a Ponte da Freguesia do Ó.

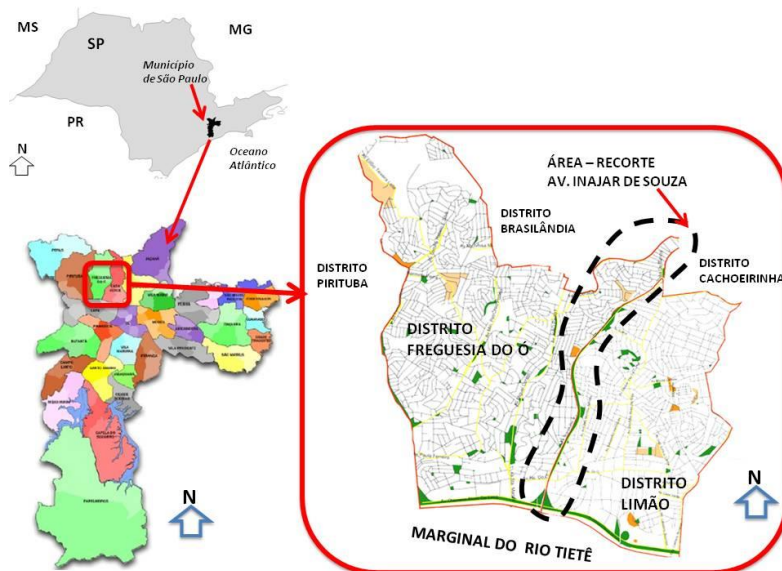


Figura 2 Localização da área de estudo - Av. Inajar de Souza em relação com o Município de São Paulo.

Fontes: Intervenção sobre imagens da Prefeitura do Município de São Paulo e Geo Dieese, 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/Subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894>. Acesso 27 mar. 2015; <http://geo.dieese.org.br/observatoriosp/apresenta.htm>. Acesso 24 nov. 2014.

O trecho da avenida analisado inicia-se no acesso da Ponte da Freguesia do Ó estendendo-se até o Terminal Rodoviário Vila Nova Cachoeirinha. Tem 4,50 km de extensão e 50.00 m de largura, considerando as pistas nos sentidos bairro/centro, canteiro central com pista de caminhada /ciclovía.



Figura 3. Trecho de recorte Av. Inajar de Souza, início no acesso da Ponte da Freguesia do Ó até o Terminal Rodoviário Vila Nova Cachoeirinha. Fonte: Intervenção sobre imagem do Googlemaps. Disponível em: www.googlemaps.com.br. Internet. Acesso 27 mar. 2015

A definição deste trecho de avenida ocorreu por causa do conjunto de obras de mobilidade urbana para implantação de corredores de ônibus previstos no novo Plano Diretor do município de São Paulo e nos Planos Regionais.



Trata-se de uma avenida construída no fundo de um vale e sobre as galerias de canalização do Córrego Cabuçu de Baixo por volta da década de 70.

O Plano de Avenidas de Prestes Maia, fomentou a prática da canalização de córregos e construção de avenidas fundo de vale, que contribuíram para a estruturação viária da cidade e o intuito de aproveitar as áreas inundáveis da várzea do Rio Tietê para a demanda do aumento da densidade de ocupação do Município de São Paulo (TRAVASSOS,2004). À época, o tamponamento das águas fluviais priorizava a circulação e mobilidade dos veículos em detrimento das condições ambientais embora atendessem a interesses de saúde pública. Em suas várzeas – agora secas, novas terras prontas para a ocupação por novos loteamentos surgiam.

Portanto a diretriz de planejamento urbano da região restringia-se ao contexto da época: o foco estava na viabilização da comunicação entre distintos bairros de São Paulo, ou ainda, na construção infraestrutura viária, ou seja, na viabilização da comunicação da Região Nordeste com a Região Central do Município de São Paulo.

Algumas das consequências diretas da sobreposição de uma avenida sobre o traçado pré-existente foram:



Figura 4. Mapa de 1958 dos Distritos da Freguesia do Ó e Bairro do Limão. A linha em amarelo indica a implantação do trecho de estudo da Av. Inajar de Souza, as azuis os córregos canalizados. Fonte: Intervenção sobre imagem do Geoportal Memória Paulista. Disponível em: www.geoportal.com.br/memoriapaulista. Internet. Acesso 22 Maio 2015.



Figura 5. Mapa de 1958 dos Distritos da Freguesia do Ó e Bairro do Limão. A linha em amarelo indica a implantação do trecho de estudo da Av. Inajar de Souza, as azuis os córregos canalizados e as vermelhas as Curvas de níveis. Fonte: Intervenção sobre imagem do Geoportal Memória Paulista. Disponível em: www.geoportal.com.br/memoriapaulista. Internet. Acesso 22 Maio 2015.

- A destruição do traçado urbano e do sistema de circulação preexistentes e, com ele, toda a rede de relações cotidianas de vida local. Quadras foram divididas em dois sem o desenho prévio, resultando numa série de áreas residuais provenientes da ocupação. Mal-ajambrados, as áreas livres resultantes foram denominadas de passeios públicos ou calçadas para a mobilidade dos cidadãos. Frentes de terrenos, casas e lotes cortados ao meio, tiveram de se reconstruir, descaracterizadas pela nova avenida. A avenida Inajar de Souza trouxe de fato, a ligação tão necessária entre os diversos bairros anteriormente citados mas resultou em um conjunto de áreas livres amorfas, lindeiras à uma via de tráfego intenso de veículos associada à altas declividades e estreitas calçadas que mal acomodam o trânsito de uma pessoa. Junte-se a essas calçadas o fato da prefeitura municipal apresentar, quase como norma de ação, dezenas de agentes públicos permissionários e concessionários que implantam equipamentos públicos e mobiliários urbanos a partir de critérios aleatórios, trazendo insegurança ao trânsito de pedestres e um caos funcional que se materializa esteticamente na paisagem.



Figura 6 E 7. Calçada - Av. Inajar de Souza .Fonte: Goya, 2015.

Espaço para a mobilidade dos pedestres, as calçadas resultantes da abertura da avenida apresentam condições de insegurança física aos pedestres. Mais do que eventuais quedas, os cidadãos utilizam o leito carroçável para acesso aos locais.



Figura 8 e 9. Calçada e postes - Av. Inajar de Souza. Fonte: Goya, 2015.

Para uma avenida de 50 metros de largura, classificada como estrutural, devem ter entre 2,5m e 3,5 metros de largura para atender critérios de segurança física do pedestre. No local estudado, a norma não é atendida.

- Outra consequência de cunho ambiental e que resulta em inundações, é a destruição quase que completa do sistema de drenagem com a impermeabilização proveniente das altas taxas de ocupação dos lotes associada ao processo de urbanização informal. O desenho da grelha urbana é definido predominantemente pela iniciativa privada, regulamentada ou não, resultando para um empobrecimento da vida pública em suas diversas dimensões pela inexistência de espaços adequados previstos para a sua existência



e estímulo. Praças, parques e espaços para a fruição da vida pública não foram previstos pelo critério informal de construção dos distritos citados e, pelo outro, quando regulamentados e dentro das leis urbanas e códigos de obras da cidade dita formal, criam loteamentos que destinam porcentagens de áreas institucionais, graças ao poder conferido aos empreendedores da iniciativa privada, em áreas frágeis e vulneráveis (íngremes, alagadas entre outras) quando não fragmentadas e distribuídas aleatoriamente (dimensões inadequadas, formas aleatórias) que por si só impedem projetos e ocupação. Cabe uma reflexão sobre a construção dos espaços de vida pública contemporânea.



Figura 10. Praça João Azevedo Borges - Av. Inajar de Souza. Esta praça possui uma melhoria "cosmética", apresenta pista de caminhada e área de playground. A presença de uma fonte de água é desconsiderada, não adota a morfologia local como diretriz de projeto urbano. Fonte: Intervenção sobre imagem do Googlemaps. Disponível em: www.googlemaps.com.br. Internet. Acesso 27 Mar. 2015

Os locais com melhor infraestrutura apesar de localizados em regiões de tráfego de automóveis intenso, apresenta larguras e proporções adequadas para a colocação de mobiliário de recreação e lazer para fruição da população. Fora do horário de trabalho, o local é frequentado pela população local de forma regular e ao longo de todo o dia.



Figura 11 .Praça João Azevedo Borges e a Bica de Água - Av. Inajar de Souza. Fonte :Goya, 2015

Figuras 12 e 13 .Praça João Azevedo Borges - área de playground e pista de caminhada - Av. Inajar de Souza. Fonte :Autor



Figuras 14 e 15.Canteiro Central ao longo da Av. Inajar de Souza , com pista de caminhada / ciclovia . Presença de respiros abertos em função da canalização e tamponamento do Córrego Cabuçu de Baixo. Fonte: Goya, 2015

Observa-se nas figuras que os espaços embora destinados aos locais de recreação da população apresentam-se como na figura 14 como resto de espaço – ladeado por muros, mal incrustado na quadra e com largura e comprimento inadequados à colocação de bancos ou outros equipamentos como iluminação, calçadas, etc., encontra-se degradado. Quanto à figura 15, o canteiro centra da avenida é também apropriado pela população apesar de não atender às normas de segurança (dimensão de calçadas).



ALGUMAS REFLEXÕES

A ausência de propostas para o desenho do urbano pós- canalização e reestruturação viária, resultou em numa série de áreas livres residuais provenientes do novo viário nos loteamentos existentes. As novas intervenções públicas incorporaram mobiliários urbanos, pistas de caminhada, ciclovias e afins propondo usos recreativos pouco colaborando na fruição da paisagem da cidade por meio do desenho urbano. Prever destinações por meio do projetos urbanos, conferindo por meio de um programa de atividades condizentes com o contexto cultural local, do planejamento de áreas públicas, colaborando e acolhendo a participação das comunidades envolvidas no desenho dos novos espaços podem vir a ser as condições necessárias de desenho para fins de criação de um sistema de espaços livres públicos que ainda que constituídos em áreas residuais pode vir a ser uma outra proposta de vida urbana para as cidades e para as pessoas.

Sessão

3 - Apropriação do sistema de espaços livres – onde, como e com que intensidade se dá o seu uso cotidiano e que novos tipos de usos se delineiam



Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamentos e Investimentos Estratégicos.(2013) Plano Mais brasil: Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : **Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília: MP/SPI.** Disponível:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/130612_Rel_Aval_2013_Vol_2-Tomo_II.pdf Acesso: 25 Mar. 2015.

BARRO, Máximo. **Nossa Senhora do Ó. Histórias dos Bairros de São Paulo.**São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo -P.M.S.P. Secretaria Municipal de Cultura, 1977.

GEODIEESE - OBSERVATÓRIO SP . Disponível em <http://geo.dieese.org.br/observatoriosp/apresenta.htm>. Acesso em 24 nov. 2014.

GEOPORTAL MEMÓRIA PAULISTA . Disponível em [:www.geoportal/memoriapaulista.com.br](http://www.geoportal/memoriapaulista.com.br).Acesso em 28 Maio 2015.

GOOGLEMAPS . Disponível em : www.googlemaps.com.br.Acesso em : 28 Maio 2015.

LAMAS, José M. Ressano Garcia.**Morforlogia Urbana e Desenho da Cidade.** 2 ed. Lisboa.Fundação Calouste Gulbekian,2000.

MACEDO, S. S. ; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda ; QUEIROGA, E. F. ; GALENDER, Fany C ; AKAMINE, R. ; GONÇALVEZ, F. M. ; DEGREAS, H. N. ; Custódio, Vaderli (2011).

Planejamento Urbano e realização da esfera pública geral nos sistemas de espaços



livres de cidade médias e metrópoles brasileiras. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR* - Cadernos de Resumos 2011, 2011, Petropolis - RJ.

MONTEIRO Jr., Laércio. **Infraestruturas Urbanas: Uma Contribuição do Estudo da Drenagem de São Paulo.** 2011. 278f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em www.prefeiturasp.org.br. Acesso em 28 Maio 2015.

PRADO Jr. , Caio . **A Cidade de São Paulo -Geografia e História** .Ed. Brasiliense. São Paulo, 1983.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Jan./Jun. 2011. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras.** RESGATE - vol. XIX, Nº 21. p.25-35. Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/264/264> . Acesso 23.03.2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método** .5ª ed. , 2 reimpressão. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo -EDUSP. 2014. 120p.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA/PMSP. IP – 02/2004 CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS. Disponível: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/NORMAS%20T%C3%89CNICAS%20INSTRU%C3%87%C3%95ES%20NOVAS/Pavimenta%C3%A7%C3%A3o/IP-02%20%5B1%5D.pdf> Acesso: 01:06:2015

TRAVASSOS, Luciana R. F. Costa . **A Dimensão Socioambiental dos Fundos de Vale Urbanos no Município de São Paulo.** 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)- Pós-graduação em Ciência Ambiental - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.



TÂNGARI, Vera ; SILVA, Jonathas M. Pereira da .(2010) **Requalificação Paisagística de espaços livres no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro: um percurso de aproximação entre pesquisa e intervenção profissional**. In:10º ENEPEA, Porto Alegre.